

Ação política nas memórias em disputa: a experiência das militantes do movimento feminino pela anistia no Ceará

Ana Rita Fonteles Duarte*

O Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia. O núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976. Sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior, em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura. O trabalho de mães, irmãs, esposas, namoradas, atrai outras mulheres sem parentes presos, que viram, na atuação do Movimento, a possibilidade de retomar atividades de militância política interrompidas pela repressão, ou simplesmente, de exercer a solidariedade aos presos, exilados, banidos e famílias.

O grupo cearense funcionou com dois núcleos, sendo um localizado em Fortaleza e o outro reunindo militantes das cidades de Tauá e Crateús (sertão dos Inhamuns), entre 1976 e 1979, ano da aprovação, no Congresso Nacional, da Lei da Anistia. Reunia no quadro permanente cerca de 30 mulheres, com diretoria eleita e grupos de atividades, com obediência ao estatuto nacional. Além de parentes e esposas de presos políticos, exilados e banidos, acolhe também universitárias e militantes políticas, impossibilitadas de atuar mais abertamente em razão da repressão.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

O Movimento esteve na linha de frente de manifestações e campanhas a favor da anistia e na defesa aberta dos presos políticos, na sua luta por melhores condições de vida, nas cadeias e presídios, além de dar aporte jurídico e apoio a familiares, na peregrinação em busca de parentes desaparecidos ou presos.

A experiência política das mulheres faz o Movimento reconhecido no Estado, atuando em solidariedade aos movimentos sociais em começo de reorganização. O trabalho pela anistia fez que mulheres se voltassem para a política institucional, disputando e conquistando mandatos, ou tornando-se lideranças de movimentos de bairros, religiosos e feministas.

Essa atuação política, certamente permeada por laços de afetividade, é obscurecida, ou mesmo, omitida, hoje, em meio aos discursos da mídia e pelos que “guardam” a memória da anistia no Ceará. A luta e engajamento das mulheres, feitos na rotina de pequenos e grandes enfrentamentos ao regime militar, são vistos primordialmente como atuação de mães e mulheres na defesa de entes queridos, como ato de coragem de “predestinadas” ao cuidado e o zelo.

Isso é referência encontrada com frequência, em reuniões comemorativas e de confraternização da associação de anistiados, que centraliza as ações de resgate da memória do período. Nesta pesquisa, ouviram-se declarações como: “Sem elas, a anistia não teria acontecido”, ou “Elas foram mães de todos nós”, ditas por ex-presos políticos. As militantes são lembradas, ainda, como “solidárias”, “corajosas”, “carinhosas”, “protetoras”, pessoas de “coração enorme”.

A atribuição de razões sentimentais à ação, nem me ssmo lembrada como política, lança obscuridade sobre as experiências pessoais e coletivas, dentro do Movimento, o que reforçou o interesse pela pesquisa e o desejo de compreender como as próprias militantes encaram e reconstituem suas ações.

As narrativas orais, contidas em 16 entrevistas com ex-militantes, revelaram, em primeiro lugar, o desejo de compartilhar relatos pouco conhecidos ou totalmente desconhecidos, pela falta de oportunidade, por opção pelo silêncio ou ainda, como nos lembra Pollak (1989, p.6), pela inexistência de escuta. Em segundo lugar, revelou-se a existência de uma intensa disputa entre memórias que apesar de não se manifestar nos espaços públicos, esteve sempre presente nas entrevistas. Sentimentos diferenciados de vivências do MFPA demarcam posições bem definidas de

pessoas que se identificavam com os principais grupos do Movimento: de “familiares” e de “políticas”/ “politizadas”.

As disputas são elemento-chave de compreensão de memórias da ação política do MFPA no Ceará. A convivência, entre afeto e política, valores e limites dessa relação estão no centro dos conflitos manifestados, principalmente, pelas narrativas orais que dividem o grupo em face de motivações da militância. Além de retratar diferenças de interesses entre os grupos do núcleo cearense, esta tensão pode ser lida como operações marcadas pelo gênero, na construção de identidades e diferenciação de mulheres, umas em relação às outras.

A diferenciação ocorre em debate entre representações da política e atuação das mulheres. Afinal, mulheres mobilizadas, prioritariamente por laços afetivos, agem politicamente? Só é possível pensar a política a partir do interesse público?

Tomada sob o viés de gênero, a dicotomia público-privado é utilizada ainda hoje para explicar a ação de homens e mulheres da sociedade ocidental. Nessa metáfora, espaço privado, como lugar de mulheres, e espaço público, como lugar de homens, são vistos separados e pouco intercambiáveis. As mulheres, restritas à esfera do privado, o que reforça os limites de confinamento social e histórico. A política seria, pois, o domínio do homem.

Análises vêm procurando desconstruir a rigidez da dicotomia, demonstrando que seu estabelecimento é permeado de disputas de poder que, por seu intermédio, se estrutura. No feminismo, há duas principais linhas de argumentação nesse sentido. A primeira contesta o pressuposto de que a esfera privada seja identificada como esfera da igualdade, tendo em vista as relações de poder estabelecidas na esfera íntima. A segunda firma-se sobre a elaboração da diferença entre homens e mulheres afirmando a separação entre público e privado como a separação do mundo da sujeição maternal, das mulheres, do mundo das relações convencionais e individuais, o dos homens. O mundo do feminino, identificado positivamente com a natureza, particularidade, desigualdade, emoção, está posto à parte do público, masculino, identificado com a convenção, igualdade civil e liberdade, razão, acordo e contrato. Esta última argumentação é tomada como problemática por conter visão essencialista das categorias de gênero.

Importante elemento, no entanto, de pensar a estranheza da ação política feminina, como no caso das mães em defesa dos filhos, diz respeito à

própria forma de pensar a política, o que passa inevitavelmente pela sua identificação como atividade da esfera pública, relacionada ao poder, cujo domínio ainda é fortemente masculino.

A compreensão acaba por desconsiderar ou restringir as possibilidades de atuação, organização e vias de participação construídas por mulheres ao longo da história. Aponta-se o dever de abrir mão da noção de representação política, capaz de dar conta da participação política das mulheres, uma vez que as formas de participação afastam-se dos conceitos de política estabelecidos. É necessário, pois, compreender a política em termos mais amplos, incluindo significados de política não-institucional, como movimentos sociais e manifestações de massa e incluir, ainda, ação individual de pessoas em atividades como votar, ler sobre política em jornais, assistir a noticiários especializados, ter preferências partidárias.

A dificuldade em reconhecer a possibilidade de defesa da família e dos filhos tornar-se política, mesmo em situações extremas como em guerras ou ditaduras, está no nascedouro de organizações como as Mães da Praça de Maio, na Argentina, e do MFPA, no Brasil. Usando a “legitimidade”, advinda da “naturalidade” de seu papel de guardião do lar e da família, o Movimento se institucionalizou e pôde atuar de forma legal em época em que eram proibidas manifestações de movimentos sociais e políticos, sob pena de prisão, tortura ou morte.

Isso não implica dizer que as mulheres do MFPA tenham essa compreensão ou dificuldade, já que o Movimento é composto também por pessoas não ligadas por laços familiares a presos e exilados políticos, que procuraram nele uma forma de continuar militância de diversos matizes ideológicas, interrompida, enfrentando a ditadura. O reconhecimento da luta como política ou não e a atribuição de valores positivos ou negativos à ação estão na raiz dos conflitos entre as memórias das que viveram o Movimento.

Tampouco é possível ou correto restringir o debate a simples embate entre familiares e não familiares de presos e exilados. Existem diversos tipos de memórias de motivações de ingresso das mulheres na luta que se relaciona obviamente com suas vidas no período, mas guardam interseções diretas com experiências de vida acumuladas do fim das atividades do MFPA até os dias de hoje, o que reforça o entendimento da construção da memória atendendo a necessidades do presente.

Os caminhos da militância

As memórias de ex-militantes do MFPA, no que diz respeito às motivações de ingresso no Movimento guardam algo em comum: tentativa quase sempre espontânea de narradoras em explicar relação com a política ou com os movimentos engajados naquele momento histórico, o que pode ser interpretado como forma de dar coerência a histórias pessoais, mas também como marca da geração dos “anos de chumbo” que não permite se compreender ou falar daquele período sem se situar politicamente, mesmo quando se considerem “despolitizadas” ou “alienadas”.

Entre quinze ex-militantes entrevistadas, é possível verificar, pelas narrativas, diferenciadas formas de ingresso em atividades políticas que irão ajudar a entender ligações com o Movimento Feminino pela Anistia e contribuirão com a compreensão dos caminhos da participação política das mulheres, no contexto de repressão ditatorial, das décadas de 1960 e 1970.

A história oral como forma de conhecer e analisar as ações de militantes, antes de inseri-las em discurso homogêneo, ao contrário, mostra a pluralidade de vozes possíveis de um mesmo grupo de mulheres, o que faz pensar que além das marcas de gênero, outras clivagens, geração, classe, cultura, ocupações, crenças religiosas e políticas atuais e experiências diversificadas, também atuam na elaboração de relatos sobre suas trajetórias de vida.

Portelli (2002, p. 127) lembra que, apesar da legitimidade das memórias coletivas ou grupais para o discurso histórico, a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais, posto que feitos por pessoas e não por grupos. Em sociedades modernas, as memórias são extraídas da variedade de grupos e organizadas de forma idiossincrática.

Esse dado faz com que se aja com cautela, ao fazer afirmações abrangentes sobre relações entre gênero e memória, procurando não compactuar com o lugar comum da divisão sexual da memória¹. O MFPA, nesse sentido, é pródigo em vozes e pensamentos plurais, a começar pelas familiares, que compõem segmento importante, até hoje reivindicando

1 Segundo essa divisão caberia aos homens a narrativa sobre eventos mais gerais relacionados à esfera pública, enquanto às mulheres estariam destinados os relatos sobre a vida cotidiana e o espaço da casa.

a iniciativa de sua constituição. Entre elas, é possível identificar a necessidade de defesa dos membros da família como motivação mais forte para ingresso nas ações do MFPA, o que não exclui, no entanto, histórias de engajamento, com causas defendidas pelos familiares, principalmente pais, maridos e irmãos.

Na família de longa trajetória de militância comunista, com quatro membros em prisões e torturas de diferentes matizes, a narrativa de ingresso na luta política e no MFPA mistura relatos de necessidade quase compulsória de defesa dos familiares, mas também da valorização de vocação de núcleo parental para a luta, em trajetórias pessoais. Dona Lourdes Miranda, 86, viúva de ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e chefe de família de nove filhos, busca na própria herança familiar e em elementos de sua personalidade, explicações da resistência e disposição em defender os filhos e causas. Exerce, através de memórias, a concretização de identidade de “mãe da anistia”. Observa-se que o que acontece, em espaços de comemorações públicos de anistiados, de certa forma, se repete ou é reforçado pelas narrativas de forma mais individualizada em que a construção da imagem do núcleo familiar está sempre em questão:

O pai realmente teve influência porque ele conversava muito em casa, mas eles seguiam o que quisessem. Ele nunca mandou que o filho fizesse uma coisa ou não. A minha mãe também era uma mulher comunista, mas também nunca me mandou seguir. Só que eu, desde criança, vejo a verdade, a revolta, eu vejo tudo isso. Com 10 anos, eu tomei um comunista da mão da Polícia Federal. Essa pessoa tinha passado 20 anos presa e, depois de solto, a polícia veio e prendeu. E aí, eu não deixei, me agarrei com ele e não deixei a polícia levar. Eu toda vida fui assim. (Depoimento de Maria de Lourdes Miranda Albuquerque).²

Na fala da filha Neidja Albuquerque, 52, dos quadros do MFPA, é possível sentir mais liberdade de narrativa da história familiar e motivações para a luta, o que indica menos necessidade de corresponder a expectativas sociais, pois não é solicitada como mãe pelo grupo de anistiados.

2 Referências completas dos depoimentos ao final do artigo.

Seu engajamento político, no período, não parece ter sido dado como escolha ou traço de personalidade, mas selado pela influência e fiscalização familiar. Sua filiação política é afirmada como dado biográfico tão automático quanto o do lugar de origem, nos primeiros momentos da entrevista: “Eu nasci em Fortaleza, numa família totalmente de esquerda. Eu nasci já sabendo que eu tinha de ser de esquerda (risos). E eu tenho mais oito irmãos. Meu pai era do Partido Comunista, minha mãe também era ligada ao Partido Comunista” (Depoimento de Neidja Miranda de Albuquerque Góis).

A formação política é atribuída às coisas que viu e ouviu na própria casa. As interdições paternas do círculo de amizades e namorados, pela necessidade de que se identificassem ideologicamente com a família e agressões da polícia política ao núcleo familiar, intensificadas a partir de 1968, com a busca e prisão dos irmãos mais velhos, são marcas mais fortes dos relatos de apreensão do que é a política:

A minha adolescência foi muito conflitante, por conta disso. E com a prisão dos meninos lá em casa se complicou mais ainda. O Mário foi preso muito novinho e isso mexeu demais com a gente. Você acordar de manhã pra ir pra aula e antes de você acordar, a polícia já ter entrado na sua casa, ter invadido, ter vasculhado tudo e você ter que tomar café e sair pra aula... Isso era constantemente (Idem).

O espaço da casa, no contexto de violência da ditadura, perde a aura de lugar eminentemente privado. O cotidiano familiar, nesse momento histórico, para famílias brasileiras, sofre rupturas drásticas. Passa a não ser marcado somente pela rotina de refeições, fins de semana, conversas, comemorações de aniversários e casamentos, mas pela presença constante e abrupta do Estado pela invasão da casa, apreensão de pessoas, documentos, objetos que, de alguma forma, representem provas de acusação, ou pela aterrorizante vigilância. Processo similar ao de outros países do Cone Sul, Argentina, com o agravante de que milhares de pessoas seqüestradas ou presas foram eliminadas e seus vestígios apagados, impactando para sempre a vida das famílias.

As mulheres companheiras de militantes políticos, presos ou exilados, que também tinham vida de militante, em geral, não participavam do

MFPA, pelo menos de forma explícita, como em proteção, por serem perseguidas. Presas e torturadas, muitas vezes, acompanharam seus maridos no exílio. Era comum que suas mães ou irmãs o fizessem, por se considerarem menos expostas.

As esposas de ex-presos políticos contatadas não tinham envolvimento direto com causas de companheiros, nem militavam em organizações políticas. As memórias de militância no MFPA confundem-se com a batalha pela libertação da prisão ou, ao menos, com atenuar as penas e vivência em cárceres, na luta pelo emprego e famílias, esquivando-se da repressão. O MFPA define-se como movimento criado com esse objetivo e a relação com a política é apresentada de forma ambígua nas narrativas, ora rejeitada como motivação de ações justificadas pelas relações familiares ou afetivas, ora identificada como elemento importante por fazê-las perceber realidades antes desconhecidas ou pouco evidentes:

O Movimento Feminino pela Anistia era liberdade, né? A liberdade, primeira, daqueles que estavam presos. A anistia foi o desejo de ver seu familiar em liberdade, não foi um desejo político, está entendendo? Foi mais um desejo afetivo. Pelo menos aqui, eu acho que o nosso grupo das famílias foi inicialmente nessa dimensão. Depois o Movimento foi crescendo e caminhando dentro da sua lógica que, para a saída deles, a questão política estava envolvida. Claro que ninguém é ignorante de achar que não é. Mas o objetivo..., embora, a gente tivesse de fazer coisas, como enfrentar um auditório, me expor, falar... Eu digo muito, eu não sei se eu não tivesse marido preso, se eu teria ido para o Movimento Feminino pela Anistia. Eu não sei responder isso, porque eu não era uma pessoa envolvida em movimentos políticos, está entendendo? Na minha formação, na minha concepção, embora eu fosse uma pessoa que tivesse a compreensão muito grande das questões sociais, mas não na dimensão talvez de sacrificar a minha vida. Eu não sei se teria essa dimensão. (Depoimento de Maria Josenilde Costa Cunha).

Perrot (1992, p. 184) identifica tendência das mulheres em depreciar a política, valorizando o social e o informal e, assim, interiorizando normas tradicionais e aponta, ainda, a permanência da idéia, enraizada

entre dois sexos, de que a política não é lugar de mulheres. É possível pensar que as narrativas de ex-militantes guardem alguns desses aspectos, posto que as relações afetivas em suas memórias são bem mais valorizadas ou consideradas importantes e “nobres”, já que, antes de tudo, se enxergam familiares que defendem entes queridos e preocupam-se em diferenciar afetividade de política, constantemente, em entrevistas, sem medo de cobrança pela atitude que encaram com naturalidade:

Eu já comecei a namorar o Fabiani perto do final da faculdade. Aí, quando tinha as passeatas, a gente ia mais no intuito de ver onde ele estava, no intuito da preocupação mesmo com ele. Quando ele ia para a passeata, eu ficava o tempo todo com ele e ele ficava às vezes aborrecido porque eu não saía de lá. Eu dizia: “Você vai por aqui, você vai comigo. Eu levava as colegas para a Faculdade de Direito e de lá saía. Íamos para a passeata e quando terminava, eu dizia: “Agora, nós vamos para casa. (Idem).

As tentativas de compreensão da forma de contar suas participações revelam aspectos a serem considerados. A desvalorização da política como motor primeiro de ações não implica necessariamente alheamento à realidade social e política, no momento, ou desconsideração da política na mudança de estruturas. Essas mulheres não correspondiam, nas décadas de 1960 e 1970, ao perfil tradicional feminino, ligado exclusivamente à esfera doméstica. Podem ser pertencentes ao momento de transição, no que diz respeito ao avanço do seu comportamento. Para Goldberg (1987, p. 18), são membros de “geração sanduíche”, pelo trânsito entre concepções tradicionais de ser mulher, emergência de comportamentos e indicadores culturais considerados modernos, mesmo com limites bem claros.

Devido à velocidade das transformações comportamentais dos anos de 1960, não houve tempo para transições de subjetividade e psiquismo, o que faria com que mulheres desta geração produzissem simples substituição de normas simbólicas, ao invés de criarem possibilidade de maior liberdade de escolha individual. Ainda carregavam a herança de décadas anteriores em que a “esfera pessoal” estava subordinada à “social”, e o que dizia respeito às relações entre homens e mulheres estava subordinado à ordem familiar, com pouco espaço para expressões de projetos estritamente individuais.

A ambigüidade entre o tradicional e o moderno, em seu comportamento, dificulta qualquer tentativa rasa de dizê-las entre “engajadas” e “alienadas”. O comportamento pode ser apreendido de narrativas que recordam ações marcadas, ao mesmo tempo, pelo recato e ousadia, o que se observou na narrativa da professora Nílvea Amorim. Mesmo limitada pelos ditames religiosos impostos pela família e pela pequena cidade onde foi criada, no interior do Ceará, resolve, aos 18 anos, “sem nunca ter ido a uma passeata”, visitar presos políticos “terroristas”, em Fortaleza. A visita lhe rendeu relacionamento vivido, quase dez anos, entre grades e muros de presídio até a anistia:

Eu tinha aquela idéia romântica. Achava que ali era a forma das pessoas serem dignas, que aquelas pessoas estavam lutando para que todo mundo tivesse dignidade, que era o que Cristo pensava. [...] Na verdade, eu me aproximei porque tinha uma pessoa que foi casada com preso político. Uma vez ela conversou comigo. Tinha havido o julgamento das pessoas que estavam envolvidas e ela me mostrou as fotos na primeira página do jornal O POVO, era o pessoal da ALN que teve a questão da luta armada. Aí, ela disse que queria fazer uma visita um dia. Ela me disse como ia. E essa visita, eu fui sozinha, não fui com ninguém. Ela me falou como era e como chegava lá. Era um sábado e nesse sábado eu fui lá e visitei.

[...] O que me moveu foi a curiosidade. A curiosidade de conhecer pessoas que tinham participado disso. Pra você ver como eu era ingênua. Eu só fui porque eu não sabia disso. Se eu te conhecesse ou você me conhecesse e eu participasse de alguma organização, se você me visitasse, podia a pessoa dizer: “Você sabe de alguma coisa. Me diga do que você participou”. Eu tinha 18 anos, eu me lembro do dia que eu fui, sete de abril de 1973. Fui fazer essa visita e lá eu me identifiquei, disse que conhecia essa pessoa e a primeira pessoa que eu conheci, eu me lembro demais, foi o seu Zé Ferreira. Ele era da ALN, morreu há dois anos ou três anos atrás, ele era operário. Eu me identifiquei para ele e ele me apresentou para outras pessoas. E aí eu conheci o William. E já era tarde. Eu cheguei tarde porque trabalhava, saí depois do meu expediente. A gente conversou uma hora e a visita acabou.

[...] E eu disse que voltava no outro sábado. Aí eu voltei e passei a voltar todos os sábados. Nunca mais deixei de ir. Realmente era uma questão romântica desse pessoal porque para mim eles eram uns heróis. (Depoimento de Nílvea Maria de Amorim).

Para outras ex-militantes do MFPA, não identificadas como familiares, o apelo à participação no Movimento reflete a continuidade de trajetórias de engajamento, no que se encara como comportamento de transgressão, em que o movimento de individualização aparece vinculado à noção de missão a ser cumprida com o outro, pelo outro ou para a sociedade. Nesse processo, a opção pela militância de esquerda aparece de forma mais palpável. Trata-se, para mulheres, jovens, universitárias ou não, de ingresso em organizações de esquerda, participando de movimento transformador, transcendente.

Para as participantes, o ingresso no MFPA representou a possibilidade de retomada de militâncias interrompidas pela repressão ditatorial. Mas, mesmo dentro do objetivo, as motivações do grupo se diferenciam, pois, se para algumas o MFPA passa a ser a única forma de participação política, num primeiro momento, mesclando interesse em participação e em solidariedade, para outras, é mais uma alternativa de atuação, visto que participavam de organizações clandestinas com articulações regionais e nacionais.

Atuar no MFPA era fortalecer a ação dos grupos, lutar contra a ditadura e participar da reorganização de movimentos sociais. Encontram-se assim, relatos de ex-militantes, que consideram suas ações ou trajetórias “mais politizadas”, diferentes motivações e formas de explicação de ingresso no MFPA.

Chama a atenção a importância das relações interpessoais e de sociabilidade transgressoras, especialmente, para as mulheres, como incentivadores de novos comportamentos que repercutem ou são considerados importantes para narração de ingresso no Movimento. Morar fora, participar de movimentos de protesto de caráter internacionalista, dar cobertura a militantes clandestinos, sair de forma mais independente, frequentar bares, fumar, ou agir clandestinamente em organizações políticas propriamente ditas, são comportamentos que constroem perfis diferenciados, no processo de “politizar-se” ou tomar consciência da necessidade de participar:

Ao terminar o curso eu me casei e depois fui acompanhar o meu marido num curso nos Estados Unidos. Ele foi fazer doutorado e eu aproveitei para fazer mestrado em Sociologia. [...] E lá eu participei de muitos movimentos, luta contra o Golpe do Chile, contra a Guerra do Vietnã. Cheguei inclusive a participar de um show com a Joan Baez que era da estudantada, da universidade onde eu estudava que era a Universidade de Wandenbourg, uma região super-reacionária, chamada de cinturão da Bíblia pela quantidade de igrejas que tinha. [...] Ao retornar de lá, houve coincidência histórica, pois foi o momento em que a Rosa saiu da prisão e em que Jorge Paiva e Célia Zanetti³, que estavam vivendo clandestinamente, chegaram ao Ceará. Nós nos encontramos aqui através do Messias Pontes. A Rosa e o Messias eram do PC do B e eu não. E eles pediram pra gente dar guarida ao Jorge e à Célia. [...] E nós, a partir daí, recebemos um contato da Therezinha Zerbini, que mandava através de uma pessoa que estava vindo de São Paulo, a professora Sylvia Porto Alegre, uma carta pedindo para nós encontrarmos com a Nildes Alencar, irmã do Frei Tito Alencar e os demais familiares de presos, exilados. E assim começou nosso processo de encontro e de organização do Movimento Feminino pela Anistia (Depoimento de Maria Luíza Fontenele)

Convidei a Laura para ir para as reuniões, que a gente estava sem militância, só conversando, se encontrando, mas não tinha o que fazer, fumando. Hoje eu não fumo mais. Quando eu aprendi a fumar foi logo quando eu entrei no (Colégio) Oliveira Paiva e a tomar cerveja, que eu não tomava. Na minha época de estudante era só estudo, ler, brigar, violão, essas coisas, planejar passeata, planejar ida à Reitoria. No Movimento Feminino pela Anistia tinha uma coisa mais específica, porque era mais o pessoal das famílias. Eu digo: “Como é que eu vou dizer de que família eu sou?”. Meu primo era da Rede Ferroviária Federal, era sindicalista, ele foi morto, mas pela polícia do José Walter Cavalcante (ex-prefeito de Fortaleza). Mas tudo bem, eu vou. E tinha o (José)

3 A Rosa a que se refere é a militante e ex-presa política Rosa da Fonseca que, hoje, integra o grupo Crítica Radical, ao qual Maria Luíza pertence junto aos militantes Jorge Paiva e Célia Zanetti.

Genóino que é meu contra-parente. Ele está preso. Se perguntarem porque a gente está lá: “Nós somos amigas dos presos”. Porque uma relação afetiva, familiar, muito próxima, a gente não tinha. (Depoimento de Maria Valda Albuquerque).

Disputa e ação política

Experiências e motivações para ingresso na luta pela anistia, pelo MFPA, somadas a sentimentos e desejos na construção de memórias de ex-militantes do Movimento, comuns a testemunhos orais⁴, colocam em evidência, em falas entrecortadas de mágoas, pedidos de sigilo, críticas, ironias e lembranças divertidas, o cotidiano de disputas que marcaram a ação política do MFPA e marcam memórias de ex-integrantes. A pluralidade de memórias, em momentos concorrentes, aproxima o grupo formador do MFPA de tantos outros.

Segundo Candeau (1996, p. 72), a filiação de indivíduos a uma variedade de grupos na sociedade moderna torna impossível a construção de uma memória unificada e provoca uma fragmentação de memórias. Algumas vezes, permanecem guardadas com os próprios sujeitos, em reminiscências pessoais, ou em espaços restritos, mas aquelas verdadeiramente conhecidas são frutos de batalhas públicas, numerosas e sempre renovadas.

Não foi possível observar, em mais de quatro anos de pesquisa e acompanhamento de atividades da Associação 64-68 (que reúne os anistiados políticos no Ceará), nem mesmo nos meios de comunicação ou em outras formas de divulgação, a manifestação pública de dissidências e conflitos de ex-integrantes do MFPA, em relação à forma como são representadas em solenidades, e pelas discordâncias dentro do mesmo grupo, embora sentimentos diferenciados de experiência tenham sido identificados.

Explicações podem ser pensadas sobre a relação específica de militantes com o movimento de anistiados, de forma mais geral. Dizem respeito às dificuldades de contestação da memória comum, construída sobre o enfrentamento e resistência à ditadura pela Associação 64-68.

4 Ao analisar os testemunhos orais há de se ter em mente que eles guardam muito mais que uma relação direta com os fatos do passado. Eles estão profundamente influenciados por discursos e práticas do presente, pertencendo à esfera da subjetividade.

A exemplo de associações e sindicatos, a memória tem o objetivo de tornar o grupo coeso e defender fronteiras do que lhe é comum. Na Associação, a memória tem objetivos instrumentais, uma vez que possibilita reparações de pessoas prejudicadas pela ditadura militar. Na ação de forjar imagem para si mesmo, é realizado trabalho de enquadramento das memórias, como afirma Pollak (1989, p. 9), alimentado pela história. Nesse contexto, a diversidade de testemunhos pode transparecer a idéia de inautenticidade dos fatos, enfraquecendo mitos e coesões. Contestar esforços colocados de forma clara ou subliminar pode constituir constrangimento.

As entrevistas transformaram-se, então, no espaço privilegiado para a expressão de conflitos. Os relatos aparecem espontaneamente nas memórias das entrevistadas, de diferentes identificações ideológicas e níveis de participação no MFPA. As diferenças se estabelecem inicialmente pelas narrativas que disputam a origem do Movimento, no Estado, diferentes nas falas de familiares e não familiares. Posteriormente, as falas de conflitos se estendem sobre os objetivos do Movimento e sobre a memória das ações realizadas.

Questão central permeia as narrativas de conflitos e está na origem das causas: discordâncias nos objetivos e alcance do MFPA, no momento histórico. Se para as familiares, de forma homogênea, o foco do Movimento, em primeiro instante, é a luta pela anistia ampla e geral, o que significava libertação dos presos políticos e a volta de exilados e banidos, para a maior parte do grupo, que considerava ações e motivações como “políticas”, era importante que o MFPA se engajasse na luta contra a ditadura e se envolvesse com questões mais amplas, apoiando movimentos sociais emergentes ou em reorganização. A divisão do grupo diante desse objetivo é explicitada, de forma valorativa, pelo depoimento da professora Marília Brandão:

As famílias tinham uma visão muito pouco politizada. Elas queriam aquela coisa imediata, que eles saíssem. Elas não tinham a visão processual daquilo. Nós tínhamos a visão processual. As pessoas que eram de fora usavam aquilo mais como uma denúncia da coisa da ditadura, pra denunciar a tortura, a situação do País. A gente usava essa situação como denúncia e força de transformação. (Depoimento de Marília Lopes Brandão).

Mesmo entre as “politizadas”, havia divergências quanto aos objetivos que norteiam ações, fazendo com que, em diversos momentos ou em quase todo tempo do MFPA, algumas militantes se aliassem ao grupo de familiares, em votações e tomadas de decisão. É importante salientar que a separação em grupos que aparece no texto é dada pelas narrativas das entrevistadas. É comum encontrarmos termos tais como: “o meu grupo”, “a minha equipe”, “os familiares” e “o Grupo da Maria Luíza”, “povo da Maria Luíza” ou “Grupo da Maria”. Os três últimos são utilizados por familiares e pessoas-membros. Entender a recorrência das falas e sua construção é fundamental na compreensão dos conflitos.

Maria Luíza é professora universitária aposentada, da Universidade Federal do Ceará (UFC), ex-deputada estadual e federal e ex-prefeita de Fortaleza. Figura popular e carismática da política cearense, militava em movimentos de esquerda, já antes do Golpe, foi integrante da JEC, posteriormente da Ação Popular, quando estudante de Serviço Social. De regresso dos Estados Unidos, onde faz mestrado em Sociologia, alia-se a militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), à época, organização política de esquerda de maior hegemonia no movimento estudantil cearense e, quase simultaneamente, ajuda na organização do MFPA-CE.

O ingresso na política formal, aliás, está vinculado diretamente ao engajamento no MFPA. Candidata a deputada estadual, em 1978, pelo MDB, em primeira eleição, vincula-se à causa da anistia, como forma de divulgá-la e, ao mesmo tempo, para maior visibilidade, protegendo-se da repressão. A eleição, nesse ano, é apontada, junto à de outras mulheres, como Heloneida Studart (RJ) e Irma Passoni (SP), como indicador da participação de mulheres “comprometidas com o povo e a democracia” (*Movimento*, 27/11 a 03/12/78, p. 09).

A denominação “Grupo da Maria” ou “Grupo da Maria Luíza” pode ser analisada sob dois prismas: o da personalização própria de sociabilidades da esquerda, que constitui grupos de militância unidos por laços de solidariedade em torno de lideranças. O carisma pessoal de Maria Luíza é responsável pela polarização do Grupo ao seu redor; e da tentativa de desqualificação do agrupamento pela direção do PC do B, no início da década de 80 quando já não se reconheciam os militantes como representantes políticos.

O grupo é formado no MFPA e atua de forma coordenada, passando pela anistia, o período de abertura e redemocratização, com forte presença na gestão de Maria Luíza, na Prefeitura de Fortaleza, e chegando até os dias de hoje, depois de percorrer, segundo Bezerra (2007, p. 72), 10 siglas políticas, num histórico de rachas que forma imagens consolidadas do agrupamento publicamente.

Expandem-se no final da década de 1970 e início dos anos 1980, para além das fronteiras do MFPA, com forte inserção no movimento estudantil e movimentos populares, polarizando fortemente com o PC do B mais ligado ao diretório nacional. A força de sua militância caracterizava-se pela capacidade de agregamento e disposição de colocar-se na linha de frente das mobilizações populares registradas. Hoje, os militantes do núcleo histórico, do MFPA, compõem o Grupo Crítica Radical que defende “o fim do trabalho”, “o fim da política” e o “combate às relações fetichistas entre os sexos”.

Durante a militância no MFPA, o grupo se identifica como do PC do B, embora atribua diferenciações ao Partido e aponte atuação mais independente com relação à agremiação responsável pela Guerrilha do Araguaia. Os embates do Partido, na verdade, aconteciam nacionalmente, de visões divergentes sobre o fracasso da Guerrilha. Segundo Goreneder (1987, p. 213), a direção do PC do B escondia dos militantes, até o final de 1976, a derrota sofrida no Araguaia. As tentativas de autocritica do movimento, por ex-guerrilheiros e dirigentes, é abafada e os dissidentes punidos, com expulsão do Partido. Posteriormente, a divergência com o PC do B dá origem, no começo dos anos 1980, ao Partido Revolucionário Comunista (PRC), integrado pelo “Grupo da Maria”.

O Grupo, engajado num movimento mais amplo, teria visto na fundação do MFPA a possibilidade de criar e articular outros movimentos sociais no período. Esta, na verdade, é a orientação do Comitê Central do PC do B, desde janeiro de 1975, quando define bandeiras: assembléia constituinte livremente eleita, abolição de todos os atos e leis de exceção e a anistia geral. Para o PC do B, o fortalecimento do movimento pela anistia poderia levar os militares à derrota e por isso a mobilização deve reunir diversos segmentos da sociedade, principalmente populares até a conquista plena da liberdade política e derrota do regime.

Dado que sinaliza, nesse momento de articulação, são as eleições parlamentares de 1974, em que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

consegue boa atuação nas urnas. É o que relata Maria Luíza Fontenele: “Não tinha eleição para presidente, mas a eleição que ocorreu nesse período, a votação majoritária dos candidatos foi do MDB. A gente já começou a perceber que tinha de fazer um movimento bem maior” (Depoimento de Maria Luíza Fontenele). Mas o agrupamento reunido em seu entorno e presente no MFPA já demonstrava o desejo de extrapolar também as bandeiras fixadas pelo comitê central do PC do B para aquele momento. Suas memórias reforçam a imagem de coesão de seu “Grupo”:

A gente falava em ditadura e ainda dizíamos que não queríamos só acabar com a ditadura militar, mas acabar com o sistema cruel e desumano que era o sistema capitalista. Isso aí era coisa ideologicamente mais bem formulada e era um núcleo. E isso daí não era a maioria. A maioria dentro do Movimento queria a anistia ampla, geral e irrestrita. Mas tinha também um núcleo que não queria só a luta da anistia, não só derrubar os militares, mas derrubar o sistema capitalista. E nós somos os remanescentes dessa linha de pensamento. (Idem).

Mas o “Grupo da Maria Luíza” não era o único a atuar no Movimento. As memórias de ex-militantes, não identificadas como familiares, fornecem dados sobre outra vivência do MFPA que extrapolava a questão da anistia e mostram um cotidiano em que as disputas, entre grupos políticos, estão presentes, fazendo do Movimento base importante e concorrida para atuação, conforme narrativa da professora Rosa da Fonseca, do “Grupo da Maria Luíza”, hoje, do Grupo Crítica Radical:

E tinha também posições políticas diferentes. Tinha a gente que era vinculada ao PC do B, tinha o povo que era do PC do B anterior e terminou ficando. Era a coisa mais engraçada. Depois é que essa história veio à tona, porque a gente dizia que tinha duas estruturas no PC do B, uma estrutura que a gente tinha organizado, através do contato que tinha sido passado pra gente do Jorge e a estrutura que era a anterior com a qual a gente tinha uma comunicação. Era mais no Movimento, ninguém sabia que existia uma outra estrutura de partido funcionando. Eu não sei se eles sabiam. Mas como era tudo muito apavorado e a orientação do

Partido era a gente se fingir de morto e nós nunca cumprimos essa orientação... Depois que a Guerrilha do Araguaia foi derrotada e que foi tanta gente presa e morta, o pessoal lá da Lapa foi quase todo mundo assassinado, então quem sobrou deu a orientação que era pra gente se fingir de morto. Ou seja, o Partido morreu, acabou, até criar condições para colocar a cara no sol de novo”. E começamos a fazer as coisas tudinho através desse núcleo da anistia, mas havia pessoas que eram ligadas a outras correntes. (Depoimento de Rosa Maria Ferreira da Fonseca).

Outros grupos ou correntes políticas assumem-se por entrevistadas que não participam do “Grupo da Maria”. É possível identificar pessoas ligadas ao PC do B, o mais próximo do Comitê Central, e áreas de influência do Movimento Comunista Internacionalista (MCI), de orientação trotskista. Em geral, quando falas de familiares e de militantes não enquadradas no Grupo se referem ao “desvirtuamento” dos objetivos do MFPA ou às tentativas de “manipulação política”, costumam apontar apenas o agrupamento citado. Identificadas as formas de manifestação de ressentimentos em memórias das ex-militantes, é preciso pensar o que desencadeia tais sentimentos para, como afirma Ansart (2004, p. 21), explicar a quais comportamentos eles servem de fonte e que atitudes e condutas eles inspiram.

Indícios podem ser usados para pensar a questão do MFPA. Numericamente o Grupo de Maria Luíza, cerca de cinco a seis pessoas, alcança boa proporção para sobressair em votações e articulações no Movimento que reúne, em núcleo engajado, cerca de 15 a 20 pessoas. É possível pensar que, em momentos, a prática política adquirida dos movimentos de esquerda de que participaram e participavam fê-las articuladas, persuasivas e explícitas, nos ideais de expansão da luta do MFPA, constringendo boa parte de participantes – menos familiarizadas com o tipo de ação –, a exemplo do que queria evitar a presidente nacional do Movimento, Therezinha Zerbini, ao vetar a presença de homens no Movimento, de acordo com o Estatuto.

Mães da Praça de Maio, na Argentina, vivenciam a experiência de embate com membros da Liga Argentina por los Derechos del Hombre, acostumados com práticas políticas formais da esquerda. O “Grupo da Maria” provoca o mesmo estranhamento e insegurança em integrantes do

MFPA? É provável que sim, como se depreende na fala da professora Josenilde Cunha, esposa de ex-presos políticos:

Geralmente nas reuniões a gente tinha muitos conflitos, sabe? Muito pro final as reuniões eram bem conflituosas. E a gente sempre acabava por vencida, vamos dizer. A Maria Luíza e a Rosa toda vida elas foram pessoas da política, né? Políticas partidárias, vamos dizer assim. Então elas tinham muita força nas colocações. Eu realmente não tinha o conhecimento pra competir com a abordagem política que elas tinham. Eu sou muito honesta em dizer isso. Então, elas acabavam vencendo, você está entendendo? Sempre era assim. (Depoimento de Josenilde Cunha).

A eleição de Maria Luíza e sua atuação como parlamentar pela militância, com apoio ou participação do seu Grupo, muitas vezes confundem as ações parlamentares com as do MFPA, o que nem sempre era bem visto, conforme relatos. Por fim, pode-se pensar em discordâncias políticas e pessoais, acumuladas ao longo dos anos, uma vez que a ação do “Grupo de Maria” extrapola o período de duração do MFPA, passando por diversas experiências, até hoje, sendo uma das mais marcantes e polêmicas a eleição para a Prefeitura de Fortaleza, em 1985, de que militantes não identificadas com o Grupo participaram direta ou indiretamente.

A “Administração Popular”, liderada por Maria Luíza Fontenele, enfrenta problemas de diversas ordens, como boicote financeiro dos Governos Federal e Estadual, à época, comandados pelo presidente José Sarney (PMDB) e pelo governador Tasso Jereissati (PSDB). O diálogo era dificultado pelas diferenças políticas e ideológicas, mas os problemas não se davam apenas externamente. A administração é pautada por diferenças e conflitos internos, desencadeados, em boa parte, pelas diferenças entre o Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual Maria foi eleita, e o grupo político do qual ela fazia parte antes de ingressar no PT, o “Grupo da Maria”, identificado como Partido Revolucionário Operário (PRO), que comanda politicamente a gestão municipal. As divergências suscitaram críticas, na imprensa local, e culminaram com a expulsão de Maria Luíza e demais pertencentes do grupo do PT.

Carvalho (1999, p. 135), que analisou a constituição e atuação do “Grupo” durante a campanha para a eleição de Maria Luíza para a

Prefeitura de Fortaleza, em 1985, fornece elementos para pensar as divergências, ao apontar como característica do agrupamento “visão instrumental da política” capaz de fazê-lo adotar o pragmatismo que justifica o trânsito no campo político institucional para extrair resultados úteis à causa revolucionária.

A “visão instrumental da política” identificada pela pesquisadora é lembrada pelas ex-companheiras do MFPA, ligadas a agrupamentos políticos, de forma incômoda e desencadeadora de rompimentos. A tentativa de articulação de movimentos sociais pelo Grupo, ou “dirigismo”, como nomeado por algumas delas, ou “utilização” do Movimento “para outros fins”, não era bem aceita, mas demonstra a atuação do Grupo para além dos limites do MFPA:

“Eles fizeram um grupo de coordenação que seria dos movimentos populares daqui. Imagina, eles queriam coordenar e juntar tudo o que fosse movimento ambientalista, movimento da anistia, os movimentos que existiam de esquerda! Houve a criação dessa coordenação pela Maria Luíza e eu acho que já devia ser influência do Jorge Paiva nessa tentativa de fazer um engessamento dos movimentos segundo a visão política dele. Nessa época houve um corte muito grande entre eu e ela, um corte forte, que significava entre eu e o Movimento. Aí, eu saio, muito como uma reação. (Depoimento de Marília Brandão).

Quem queria dirigir era a ala da Maria Luíza que era a ala do PRC. A ala da Nildes (Alencar), que era a ala do MDB, tinha o apoio do pessoal da Angélica (Monteiro), da (Maria) Duarte, da dona Lourdes, da família do Pedro que é muito grande, da dona Branca, da Valda, da Laura. A gente estava para apoiar o movimento mais conseqüente. [...] Quem usou o Movimento para continuar o movimento da mulher como entidade foi o PRC. Não teve nenhum outro movimento de mulheres que eu conheça que a Nildes fundou. A Tota queria fundar mais para a gente se encontrar, no sentido da gente se juntar, já que o outro lado se juntava separadamente. (Depoimento de Valda Albuquerque).

Entre as familiares, a atuação do “Grupo da Maria”, no MFPA, é vinculada a ações de “pessoas mais alteradas” que geram medo por “ousadas” demais e poderem comprometer as reivindicações de libertação de parentes. A atuação do Grupo é constantemente vista como extemporânea do objetivo fundador do núcleo, o que reforça a memória da origem familiar do Movimento e condena o seu desvirtuamento.

O MFPA, de acordo com narrativas, teria atravessado o período de redemocratização, não fosse a “pressa” em ampliar as ações. A importância da questão política não é descartada, o que talvez seja a avaliação do presente, mas a discussão sobre o respeito e escolha do “tempo” certo para a realização de determinados atos marca a memória das familiares, de maneira indelével, assim como a crítica às formas de obtenção da visibilidade política por parte do “Grupo da Maria”. As narrativas demonstram um jeito certo para fazer as coisas acontecerem, o que não teria sido respeitado pelas não-familiares “politizadas”.

Eu defendia que tinha de ser pela libertação dos presos. Porque as coisas vinham. Você não podia panfletar demais para que a coisa acabasse ali mesmo. Você tinha que fortalecer. Os familiares eram a base daquilo ali. Se os familiares saíssem, não ia ter mais nada. E, eu dizia assim: “Tem gente que é doida para ser presa”. Eu criticava assim: “Tem gente que é louco para ser preso. Me prenda que eu quero ser preso”. Eu criticava muito isso. A gente não pode panfletar uma coisa e depois não assumir. Como é que você em nome do Movimento Feminino pela Anistia vai lutar por outras coisas se já tem outras pessoas lutando? Você pode apoiar, pode dar apoio financeiro, pode dar apoio de gente para ajudar, mas não a gente. Não era a hora. Depois chegou a hora, que a abertura ficou melhor e podia falar do nosso Movimento Feminino pela Anistia, (o) assumindo. E todos os movimentos podiam assumir a gente, porque nós éramos um movimento pacífico. Nós éramos guerreiras, mas éramos um movimento pacífico. A gente não estava pegando em arma, a gente não estava fazendo quebra-quebra. A gente estava indo pelos meios legais, bem comportadas. E a gente não podia, de jeito nenhum, acabar com o Movimento Feminino pela Anistia. Era muito bonito, naquela essência dele, defender os presos políticos. (Depoimento de Neidja Albuquerque).

Era para participar não sei de quê, alguma coisa, um movimento. Está bem, a gente concorda, mas talvez não fosse aquele o momento ainda. Não que isso não fosse importante, mas talvez naquele momento ainda não, por a gente não achar ainda o grupo fortalecido. Mas a gente deu uma contribuição porque realmente o movimento aqui tomou força. Depois que a coisa ficou mais fortalecida, a gente saiu um pouco daquele foco afetivo pra um foco político, claro. Mas isso demanda um tempo que eu acho que não foi respeitado. A gente não teve esse tempo para amadurecer politicamente. Porque tudo é uma questão de maturidade. Eu acho que a gente não teve isso porque a gente surgiu – o Movimento – pela empolgação. Vamos fazer, vamos lutar, vamos conseguir, está entendendo? (Depoimento de Josenilde Cunha)

Desta forma, é possível perceber que a expressão de ressentimentos, em narrativas, no MFPA, funciona como fator de cumplicidade e solidariedade para o grupo – em maior parte, formado pelas familiares e mulheres de grupos políticos divergentes do “Grupo da Maria” – disposto a disputar as memórias do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará.

Esse comportamento parte do sentimento de desvantagem com relação ao processo de construção da memória em que o Grupo da Maria, hoje, Crítica Radical, se tem saído melhor por ainda atuar politicamente e garantir mais espaços de visibilidade e de fala que outro. As conversas mantidas antes das entrevistas reforçam esse entendimento, pois quase sempre questionam o que integrantes do “Grupo da Maria” dizem e se propõem a contar a “verdadeira história”.

Por outro lado, apesar da imagem de “mais fortes”, na disputa, as integrantes do “Grupo da Maria” se preocupam em reforçar a ideia de hegemonia na condução política do Movimento, considerada “diferente” em relação a outros núcleos, por extrapolar a reivindicação pela anistia, tornando-se “exemplo” de luta. A condução só era possível devido à ação de pessoas com “maior entendimento político”. Nesse sentido, a necessidade de apontar o grupo como vencedor ou mais conseqüente, nas ações do Movimento, torna-se, para militantes, elemento central da disputa de memórias:

A linha do movimento era mais uma tendência moderada mesmo. Eu acho que a linha moderada nem venceu não, mas acho

que se a gente tivesse ido por uma linha mais moderada talvez esse movimento tivesse se transformado até em alguma coisa. Eu acho que depois ele se esvaziou, nem sei se posso lhe dizer, por conta de uma ousadia maior que não era para ser naquele momento, porque acho que tudo tem seu momento. (Depoimento de Nílvea Amorim).

O Movimento Feminino pela Anistia foi marcante aqui em Fortaleza e foi referência em nível nacional porque nós estivemos em vários momentos. A gente ia para Recife, para João Pessoa, estivemos em São Paulo, várias vezes, justamente pelo posicionamento do Movimento. [...] Eu quero frisar que nós extrapolamos. Por isso que a gente foi referência em nível nacional, porque a gente foi além da questão da anistia ligada aos presos. (Depoimento de Raimunda Zélia Carvalho).

A gente ganhava nas disputas porque a gente era maioria. O outro ganhava no grito ou desfazia. (Depoimento de Valda Albuquerque).

A manifestação de reminiscências discordantes e conflituosas mostra tentativa de organizar e reorganizar um passado marcante para as mulheres que possuem, de maneira geral, poucas chances de expressá-lo. A organização não pretende apenas ajudar a “resgatar” histórias mais ou menos verdadeiras. O passado já passou, como escreveu Ricoeur (1999, p. 49). O que se pretende é interferir na construção de seu sentido, de acordo com expectativas de futuro.

De um lado, grupo mais coeso que, apesar de condenar a política em modos formais, hoje, busca fortalecer sua identidade e narrativa de origem, importantes para sua consolidação no espaço da cidade. Do outro, mulheres que pouco aparecem ou se manifestam, em muitos casos, pela primeira vez, mediante entrevistas, desejam ter suas atuações registradas ainda que individualmente. A intenção das falas é estabelecer, convencer, transmitir uma narrativa que possa ser aceita.

A possibilidade de expor as memórias, evidenciando um processo de disputa, situa as ex-militantes do MFPA entre outros grupos sociais que experimentaram situações históricas autoritárias e que encontram, no

silêncio, não o esquecimento do passado, mas a resistência aos discursos oficiais, aguardando o momento propício para, de acordo com Pollak (1989, p. 5), “redistribuírem cartas políticas e ideológicas”.

Na verdade, as narrativas, apesar de não popularizadas em publicações e de não estarem presentes em solenidades de anistiados, circulam em espaços reservados às relações familiares e afetivas das mulheres. Em geral, situadas nos mesmos espaços, ex-militantes de diferentes posicionamentos não costumam expor ou reivindicar disputas, transparecendo um discurso homogêneo sobre o Movimento, em que se destaca a importância de conquista da anistia e união de pessoas em torno da democratização.

Se não existe enquadramento de memórias, na busca de objetivo comum, como na relação com a Associação 64-68, razões podem ser apontadas, na tentativa de compreender o silêncio público com relação à ação específica do MFPA. O medo de ferir a imagem do Movimento que, embora tenha pouca visibilidade na atualidade, baseia-se em valores como solidariedade e coragem, fator de garantia de lugar de importância para as pessoas na história recente. Há notadamente, ainda, receio de narradoras de se indispor publicamente com militantes e sustentar possível polêmica. Por último, é possível pensar a falta de escuta, interessada nessas histórias. A condição é fundamental para que a pessoa relate sofrimentos e, no caso, ressentimentos e mágoas.

Pode-se ainda fazer a leitura da manifestação de disputas nas entrevistas como tentativa de contraposição à memória única disseminada e controlada pela reorganização dos anistiados que enquadra a atuação do MFPA no campo da ação “natural” esperada para mulheres. Mas para Portelli (2002, p. 127-8), não se pode limitar a análise dos embates somente entre campos da memória, sendo necessário pensar sobre os conflitos estabelecidos dentro desses campos, identificando e contextualizando o que ele chamou e, no caso do MFPA tão bem se aplica, como “memórias divididas”, por seu caráter plural e diferenciado, mesmo entre as que se identificam como do mesmo campo ideológico.

Obedecer ou rebelar-se

Os conflitos do MFPA-CE também eram motivados pela direção nacional. Nesse sentido, apoiar ou discordar das idéias e ações da presidenta

Therezinha Zerbini era um dado a mais na disputa entre “familiares” e “politizadas”.

A senhora considerada “dura”, “autoritária”, até mesmo “de direita” por militantes do MFPA-CE, participa ativamente da fundação do núcleo cearense. Vindo a Fortaleza para palestra para familiares e simpatizantes da anistia, interfere diretamente na escolha da presidenta local e acompanha de perto, com visitas algumas vezes e, de longe, por meio de cartas, o cotidiano do Movimento no Ceará, com o objetivo, de evitar a utilização do Movimento por partidos ou organizações políticas que extrapolem a luta específica do MFPA, fazendo seguir à risca o Estatuto Nacional.

Alertar para a infiltração de pessoas com objetivos extemporâneos era tarefa de Therezinha junto à direção local. Em sua fala, apesar das consideradas “investidas feias” ao Movimento, há a sensação de que a sua posição foi vitoriosa. O MFPA, no Ceará, é chamado, ainda hoje, por ela, de “meu quartel general”: “Tinha gente que queria fazer do Movimento Feminino pela Anistia uma alavanca. Queriam entrar, lógico, tinham meio caminho andado. E eu dizia: ‘Vocês não me venham com periquitagem (risos). Não se faz política partidária dentro do Movimento’” (Depoimento de Therezinha Godoy de Zerbini).

Grupos políticos se fizeram representar no Movimento, apesar dos “cuidados” e empecilhos colocados pela direção nacional. A ampliação dos objetivos do MFPA, na luta não só pela anistia, mas pelo enfrentamento do regime ditatorial, foi um dos principais pontos de embate, assim como drible e enfrentamento aberto a princípios norteadores do Estatuto normatizador dos núcleos.

Em relatório (BRASIL. *Resoluções...*), com proposta para o Congresso Nacional da Anistia, em outubro de 1978, evidencia-se tentativa articulada nacionalmente para tornar os núcleos locais do MFPA mais autônomos, com a possibilidade de elaboração do próprio estatutos. Observação escrita por Therezinha Zerbini, abaixo da proposição, no entanto, refuta a idéia: “O MFPA é uma entidade própria, legal, com estatuto registrado no Cartório Medeiros, n 1262/15/3/76, com sede em São Paulo”.

No Ceará, a participação de homens em reuniões do Movimento é um dado relevante nas memórias da dissidência com preceitos estabelecidos por Therezinha Zerbini. Facilitar acesso de companheiros de partido ou simplesmente desafiar o imposto são elementos considerados nessa queda de braço:

Tem um detalhe importante no nosso Movimento Feminino pela Anistia, apesar de seu trabalho ser mais ligado a nós, mulheres. Mas é uma coisa interessante. Nós não tivemos esse posicionamento de fechar questão para os homens desde o início. É tanto que, na cidade de Crateús, nós tínhamos um casal de suíços e eles participavam do Movimento Feminino pela Anistia. Houve uma vez que a Therezinha Zerbini, presidente nacional esteve aqui em Fortaleza e a nossa reunião era num quiosque da escola da Nildes. E ela estranhou que estava Bernardo lá com a gente. Ela perguntou o que ele estava fazendo ali, se ele era esposo de alguém, se era familiar. E nós dissemos: 'Não. Ele é um membro do Movimento Feminino pela Anistia'. E ela se espantou: 'Mas, como?'. Nós dissemos pra ela que isso foi votado, que achávamos da maior importância. Não deixava de ser homem, mas era um membro do Movimento Feminino pela Anistia. E ela tentou retirá-lo da reunião. Nós nos posicionamos e ele ficou. (Depoimento de Raimunda Zélia de Carvalho).

Para quem concordava com as restrições de Zerbini, os posicionamentos da presidenta eram corretos, por respeitarem o tempo e a cautela ditados pela conjuntura política não favorável a outro tipo de manifestação:

Achavam que a Therezinha Zerbini já era ultrapassada. Já não queriam nem mais a orientação dela. Ela era muito sábia. Porque ela sabia que, naquele momento, precisava ter uma coisa pacata daquele jeito. Ali era um grito. A polícia sabia que existia um bando de mulheres que se reuniam e sabiam que existia muita gente por trás, apoiando essas mulheres. Nosso movimento era como se fosse um termômetro pra polícia: 'Olha, elas vão falar, elas vão gritar. Amanhã elas vão pra rua falar. Amanhã com certeza elas vão gritar lá na Praça do Ferreira?'. O nosso Movimento servia pra isso. Eu sempre achei que não podia extrapolar. (Depoimento de Neidja Albuquerque).

O conflito foi uma constante no MFPA, não só com relação à direção nacional e ao núcleo cearense. Outros núcleos, da Bahia e Minas Gerais,

também manifestaram discordâncias com a configuração pretendida para o Movimento por Zerbini. Na tentativa de minimizar diferenças e unificar discursos e práticas, a direção nacional realiza, de 7 a 10 de dezembro de 1977, o Primeiro Encontro Nacional do MFPA, em São Paulo.

O encontro reafirma objetivos fundantes do Movimento e estabelece mecanismos de controle sobre propostas diferenciadas de visibilidade e direcionamento político. A criação de calendário com datas a serem obrigatoriamente comemoradas, em todo o Brasil, como o dia internacional da mulher, em 08 de março, dia das mães, e aniversário da heroína Maria Quitéria, em 02 de julho, é exemplo da utilização política de datas, inclusive tradicionais, de forma a estimular a visibilidade controlada que, apesar de defender a utilização de meios de comunicação e a promoção de conferências, palestras, boletins, etc, estabelecia como meta prioritária para as integrantes: “estar atentas a todo e qualquer evento que venha ferir os princípios defendidos pelo MFPA” (MOVIMENTO, *Primeiro Encontro...*).

Os esforços, porém, não estancariam as divergências entre líder e lideradas. Outro aspecto de embate do núcleo cearense e a direção nacional do MFPA se aprofunda com o crescimento da luta pela anistia e discussão ampliada, com outras entidades, como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), do projeto apresentado pelo governo de João Baptista Figueiredo. O MFPA não nasce, pelo menos em termos nacionais, defendendo a anistia ampla, geral e irrestrita, mas apenas a anistia ampla e geral, o que significava não apoiar a anistia de acusados de “crimes de sangue”.

No MFPA-CE, essa postura analisada em documentos do segundo ano de atividades mostra-se dúbia, pois ora se fala na defesa da “anistia ampla e geral” (MOVIMENTO, *Relatório...*), ora se reafirma a luta pela “anistia ampla e irrestrita” (MOVIMENTO, *Uma posição...*), em datas muito aproximadas, embora a última bandeira seja sustentada na documentação sobre os anos de 1978 e 1979. É importante salientar que a defesa da anistia ampla, geral e irrestrita é articulada nacionalmente pelo Encontro de CBAs e MFPA pela anistia, em agosto de 1978, em Brasília. O encontro, da mesma forma que o primeiro do MFPA, em meados de 1977, unifica as posições de movimentos que lutavam pela anistia contra a proposta governamental com objetivos “divisionistas” para desarticular os setores de oposição.

A análise das memórias das ex-militantes do MFPA não traz elementos sobre existência de conflito sobre essa questão no núcleo cearense.

Acredita-se que isso se deva ao fato de que essa posição era bem aceita tanto entre as “politizadas” como entre as “familiares”. Para as primeiras, havia defesa dos envolvidos na luta armada, especialmente na Guerrilha do Araguaia, bandeira do PC do B e remanescentes, com forte influência no grupo. Entre as familiares cearenses, a necessidade de libertar presos na maioria acusados de “crimes de sangue”.

Mas há que pensar na dificuldade de assumir, hoje, opção pela anistia com exclusão dos guerrilheiros ou pela aceitação de anistia parcial, limitada e restrita que implicasse perdão aos torturadores, uma vez que as posições carregam valores negativos e tem condenação pública atualmente.

O conflito, dessa forma, se dá entre representantes do núcleo cearense, articuladas nacionalmente, e o grupo liderado por Therezinha Zerbini que via, na aprovação do projeto do presidente Figueiredo, o primeiro passo para a concessão de anistia mais ampla e acreditava na idéia de anistia como esquecimento, o que era repudiado, no momento, pela maior parte das entidades. Os conflitos que marcaram alguns congressos ainda estão vivos nas memórias das militantes:

A gente começou a ter uma interferência no plano nacional e o esforço de fazer um congresso e votar a lei da anistia... O congresso rachou. Tinha o pessoal que estava sob a orientação do Genoíno, Luís Eduardo Greenhalg, que éramos nós. A gente queria a anistia ampla, geral e irrestrita e o pessoal da Therezinha Zerbini queria simplesmente anistia. O congresso deu uma força danada porque era muita gente querendo a anistia ampla, geral e irrestrita e eu lembro que a gente foi visitar a Therezinha Zerbini e ela dizia que não podia ser desse jeito, porque as pessoas queriam tomar conta do Movimento: os trotskistas, as putas e os comunistas (risos). Os comunistas eram o pessoal do Genoíno, os trotskistas era o pessoal trotskista e as putas era o pessoal do Paraná que tinha um jornalzinho e eram umas mulheres muito danadas, muito feministas. E quando nós saímos de lá, eu fui com a Zélia Franklin, e a Zélia dizia: ‘O que é que nós estamos fazendo na casa dessa mulher se ela é contra as putas, os trotskistas e os comunistas?’ (risos). (Depoimento de Maria Luíza Fontenele).

Apesar das discordâncias com a direção nacional, é importante salientar que não houve rupturas ou tentativas de articulação de movimento paralelo. A aparente coerência discursiva do Movimento parece ter tido a função importante para atuação pública das integrantes, tampouco resolveu oposições e divergências internas. Tomando o discurso como lugar de desacordos múltiplos, analisaram-se diferentes funções de contradições para a própria configuração do Movimento.

As narrativas colhidas apontam, ainda, o reconhecimento da importância da organização do MFPA nacionalmente, dentro da lei, e com forte apelo popular, pela incorporação de identidades de gênero tradicionais que, de forma consciente ou não, transformaram a vivência política e a subjetividade das militantes.

Depoimentos

ALBUQUERQUE, Maria de Lourdes Miranda, 86 anos. Depoimento, agosto de 2004. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

BRANDÃO, Marília Lopes, 58 anos. Depoimento, janeiro de 2008, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

CUNHA, Maria Josenilde Costa, 63 anos. Depoimento, janeiro de 2007, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

ZERBINI, Therezinha Godoy de, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora

Referências Bibliográficas

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- BEZERRA, Glícia Maria Pontes. *Greve do voto: a política da anti-política nas eleições municipais de 2004 em Fortaleza*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- BRASIL. *Resoluções da Primeira Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia do Brasil*. Brasília, 05/06 de agosto de 1978. Arquivo Therezinha Zerbini.
- CANDEAU, Joel. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Ricoeur (1999)
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI 2002

Resumo: Este artigo analisa a disputa entre memórias de militantes que integraram o grupo formador do Movimento Feminino pela Anistia, entre os anos de 1976 e 1979, no Ceará. O grupo foi formado basicamente por mulheres familiares de presos e perseguidos políticos e por aquelas que viram no Movimento a possibilidade de retomar militâncias restringidas ou interrompidas pelo regime ditatorial. Essa composição diversa, com diferentes motivações para a luta, somada a vivências diferenciadas que extrapolaram o período de atuação do MFPA, estendendo-se até o presente, marcam a construção de narrativas plurais sobre a ação política e suas possibilidades em tempos de exceção.

Palavras-chave: política, memórias, mulheres.

Political Action in Memory in Dispute: the Experience of Women Militants of Movement for Amnesty in Ceará

Abstract: This article analyzes the dispute between memories of militants who joined the group forming the Movement for Amnesty Female, between the years 1976 and 1979, in Ceará. The group was formed primarily by women relatives of

political prisoners and persecuted and those who saw the Movement the opportunity to return militancy restricted or suspended by the dictatorship. This varied composition, with different motivations for fighting, coupled with the different experiences that go beyond the period of performance of the FMAP, extending to the present, marking the construction of plural narratives about political action and its possibilities in times of emergency.

Keywords: politics, memories, women.